

Por Alexandre Pierro*

Vivemos em um momento complicado política e empresarialmente. Finalmente, estamos começando a dar a devida atenção a problemas que envolvem situações de corrupção, seja na esfera pública ou privada. Na área pública, o problema é muito mais complicado, pois são inúmeras estruturas de corrupção que se perpetuam há anos. Nas empresas, temos o desafio de brechar a cultura de propinas que, muitas vezes, é o que sustenta a endêmica corrupção pública.

Contudo, apesar dos alardes e até das prisões de membros do governo e de grandes corporações, o problema parece estar longe do fim. Em 2018, de acordo com dados da PwC sobre rotatividade nas maiores empresas globais, 39% das demissões de altos executivos foram motivadas por falta de ética. Em 19 anos de pesquisa, foi a primeira vez em que a falta de ética liderou as causas de saída de CEOs, diretores e presidentes. As próprias demissões são um reflexo das buscas por mudanças.

As empresas procuram, cada vez mais, se adequar a uma realidade que demanda honestidade, transparência e comprometimento com a ética. Uma ferramenta que vem auxiliando empresas nessa adequação é a implementação de duas normas ISO criadas justamente para evitar que se instaure um sistema corrupto dentro das empresas, a ISO 19.600, referente a compliance, e ISO 37.001, de anti-suborno.

Essas normas permitem que toda a gestão da empresa esteja blindada e preparada para lidar com problemas advindos dos mais diversos tipos de corrupção. Além de ajudar na gestão de riscos, essas normas atestam quem é confiável, iniciando um importante sistema de separação do joio e do trigo.

Além disso, elas ajudam a minimizar o impacto da falta de compliance nas organizações, de uma forma, ou de outra, concertando os erros que já foram cometidos. As normas são principalmente voltadas para a alta direção e nas diretrizes principais.

O compliance tem se destacado como algo bastante procurado pelas empresas. A verdade é que a pressão social por relações mais transparentes, seja com os clientes, colaboradores ou fornecedores já é uma realidade nas mais diversas esferas.

O que antes era tratado como “jeitinho”, hoje é visto como crime e a tendência é que essa percepção se intensifique ainda mais. As normas estão aí para ajudar a traçar processos que inviabilizem esse tipo de prática. Contudo, as mudanças devem partir de todas as partes envolvidas, sejam clientes, colaboradores, fornecedores ou membros da direção.

Quem assume um cargo de alto escalão não quer ter de lidar com esse tipo de risco. Como profissionais, eles querem gerir empresas cada vez mais alinhadas com o que há de melhor, e a idoneidade é o primeiro passo. A mudança vem das perspectivas.

O mesmo acontece com o consumidor, que se afasta das empresas envolvidas em escândalos ou que causam um certo mal à sociedade. Vivemos uma era de consciência. Não há mais espaço para práticas como suborno e falta de ética. Felizmente, já é possível ver luz no fim desse túnel.

*Alexandre Pierro é engenheiro mecânico, físico nuclear pela USP e fundador da Palas, consultoria em inovação e gestão pioneira na implementação da ISO 56.002, de gestão da inovação.